PROTOCOLO GERAL 64593.002168/2023-12	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2023-HGuPV

VOLUME:1/1

SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS
SALC -2023

INTERESSADO: HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO
HGuPV
UASG: 167351

ASSUNTO: Contratação de Serviços para Viatura Ambulância.

REFERÊNCIA: DIEX Nº 306 – Fisc Adm, de 17 de março de 2023.

EMPENHO NR: 2022NE25, de 11ABR23 - Valor R$: 2.636,00.

CNPJ/EMPRESA: 33.222.294/0001-55 - K M DINIZ.

ANEXO(S): Conforme Índice

DESTINOS	DATA		
1.			
2.			

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO - Coronel
Ordenador de Despesas do HGuPV

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

TERMO DE ABERTURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2023-HGUPV

(Processo nº: 64593.002168/2023-12)

OBJETO: Contratação de Serviços para Viaturas Ambulância.

Nos termos disposto no inciso I, Art. 75 da Lei nº 14.133/21, autuo nesta data o Processo Administrativo nº 64593.002168/2023-12, referente à declaração de Dispensa de Licitação para atender o DIEx Nr 306 - Fisc Adm, de 17 de março de 2023, Contratação de Serviços para Viatura Ambulância, visando atender a necessidade do setor requisitante.

Porto Velho-RO, 02 de abril de 2023.

ÂNGELO [redacted] ASSIS - Sd
Auxiliar da SALC do HGuPV

HGu Porto Velho
Fl: 01
SALC

DIEx Nº 306-Fisc Adm/DA - Divisão Administrativa/Dir HGUPV
EB: 64593.002168/2023-12

Porto Velho, 17 de março de 2023.

Do Chefe da Manutenção de Transporte
Ao Fiscal Administrativo
Sr
Assunto: Formalização de Demanda para Aquisição de peças e serviços para manutenção do sistema de ar condicionado da ambulância placa RSU6G80

Anexos:

1) B)_ORÇAMENTO_DO_SISTEMA_DO_AR_CONDICIONADO_-_FIAT_DUCATO_-_RSU6G80;
2) C)COMPARATIVO_PREÇOS;
3) E)ESTUDO_TÉCNICO_PRELIMINAR; e
4) D)Termo_de_referencia_-_contratação_direta_serviços.

Setor Requisitante: Seção de Manutenção de Transporte	
Responsável pela Demanda: Chefe da Seção de Manutenção de Transporte	
E-mail: transporte@hgupv.eb.mil.br	Telefone: (69) 3218-4820

Objeto:

( ) Serviço Não Continuado
( ) Serviço Continuado **SEM** Dedicação Exclusiva de Mão de Obra
( ) Serviço Continuado **COM** Dedicação Exclusiva de Mão de Obra
( ) Material de Consumo
( ) Material Permanente / Equipamento

Forma de Contratação sugerida:

( ) Modalidades da Lei n° 8.666/93: (especificar a modalidade)
( ) Modalidades da Lei n° 14.133/2021: (especificar a modalidade)
( ) Pregão (especificar se Pregão próprio ou como participante em pregão de outro Órgão, com uso de SRP)
( ) Dispensa/Inexigibilidade
( ) Adesão à IRP de outro Órgão (**CARONA**).

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Em cumprimento ao plano de manutenção das viaturas administrativas, realizado pela seção de Manutenção e Transporte do Hospital de Guarnição de Porto Velho (HGuPV), foi identificado a necessidade de manutenção do sistema de ar refrigerado, que apresentam desgaste causando o mal funcionamento do sistema, causando desta forma risco ao transportar paciente hipertenso além do desconforto ao usuário da viatura em virtude da alta temperatura da região.

O recurso enviado para esta contratação ocorreu em virtude de solicitações feitas por esta OMS à 12ªRM ao longo do ano de 2022, informando as necessidades e a urgência em realização desta manutenção em todas as viaturas.

HGu Porto Velho
Fl: 02
SALO

A contratação imediata se dá por conta de estarmos usando a viatura de suporte avançado sem o sistema de ar condicionado operante, o que pode causar o risco de graves transtornos quando no deslocamento de pacientes graves, especialmente se tal paciente for hipertenso.

2. **QUANTIDADE DE SERVIÇO/MATERIAL A SER CONTRATADA**

A quantidade da demanda referente a contratação é de um total de 03 (três) itens, entre material e serviço, conforme necessidade prevista após análise realizada pela Seção de Manutenção e Transporte.

3. **A PREVISÃO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

O serviço/produto deverá ser prestado/entregue imediatamente após a assinatura de termo de contrato e/ou recebimento da Nota de Empenho, conforme data prevista no Termo de Referência e/ou Projeto Básico.

4. **CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

1. Valor Estimado da Contratação: R$ 2.630,00 (dois mil e seiscentos e trina reais) bruto, conformo o valor do menor orçamento que segue em anexo;
2. Valor Estimado de Custeio: Não de Aplica;
3. Valor Estimado Investimento: Não se Aplica;
4. Ação do Plano Operacional (Plano Interno): E5MMSUNCOMP;
5. Plano Orçamentário: Saúde.

5. **INDICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

- ST Trajano (Chefe da Seção de Manutenção de Transporte).
- 2º Sgt Hendler (Auxiliar da Seção de Manutenção de Transporte).

6. **DESPACHOS DAS AUTORIDADE COMPETENTES**

Sou de parecer favorável ao atendimento a demanda apresentada.

Porto Velho, RO, 17 de março de 2023.

FABRICIO [redacted] SILVA - TC
Chefe da Divisão Administrativa do HGUPV

PARECER DO FISCAL ADMINISTRATIVO	DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
1. Justificativa apresentada para a contratação do serviço é pertinente;	1. Aprovo a justificativa apresentada e autorizo a contratação para atender a demanda; 2. Determino a abertura de processo licitatório correspondente; 3. Fiscal Administrativo verificar o recurso

HGu Porto Velho 2
Fl: 03

2. Encaminho ao Sr. Ordenador de Despesas.	próprio para a despesa; SALC 4. O Chefe da SALC tome as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.
Porto Velho, RO, 17 de MARÇO de 2023. **JARDER [redacted] SILVA - Cap** Fiscal Administrativo	Porto Velho, RO, 20 de 03 de 2023. **SÉRGIO [redacted] LOUREIRO - Cel** Ordenador de Despesas

EDILSON [redacted] TRAJANO - S Ten
Chefe da Manutenção de Transporte

"200 ANOS DO TENENTE ANTÔNIO JOÃO: HERÓI DA EPOPEIA DE DOURADOS"

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

1. OBJETO

1.1. A presente Pesquisa de Preços foi realizada no período de 08 de fevereiro de 2023 a 07 de março de 2023, conforme determinações da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
1.2. A Pesquisa de Preços foi elaborada por este agente tecnicamente capaz de definir quantitativa e qualitativamente as necessidades do objeto, visando à aquisição de peças de reposição para manutenção corretiva das viaturas administrativas do Hospital de Guarnição de Porto Velho que são necessárias para as atividades de transporte de pessoal e documentos diariamente.

2. METODOLOGIA APLICADA

2.1. Para a definição do preço, foi utilizado como método, o menor preço obtido na pesquisa de preços, em virtude de se mostrar a mais apropriada ao presente caso.

3. PARÂMETROS UTILIZADOS

3.1. Conforme previsão do artigo 5º da IN 65/2021, foi utilizado os parâmetros previstos no Inciso IV.
3.2. A utilização exclusiva do parâmetro do inciso IV, em que pese ser a última prioridade de parâmetro a ser utilizada, ocorreu em virtude de não terem sido encontradas contratações similares, quer no Painel de Preços, quer em contratações similares de outros entes públicos, provavelmente por consequência da especificidade do objeto.

4. COMPARATIVO DE PREÇOS

Item	Especificação do Objeto	Und	Qtd	1º Orçamento	Legenda	2º Orçamento	Legenda	3º Orçamento	Legenda	Valor unitário	Valor total
1	Eletroventilador	peça	1	R$ 1.560,00	1A	R$ 1.590,00	1B	R$ 1.580,00	1C	R$ 1.570,00	R$ 1.570,00
2	Gár Ar Condicionado	Und	1	R$ 300,00	1A	R$ 350,00	1B	R$ 420,00	1C	R$ 360,00	R$ 360,00
3	Serviço de troca do eletroventilador e colocação do Gás	Und	1	R$ 680,00	1A	R$ 720,00	1B	R$ 700,00	1C	R$ 700,00	R$ 700,00
TOTAL					**R$ 2.540,00**		**R$ 2.660,00**		**R$ 2.700,00**		**R$ 2.630,00**

Gu Porto Velho
I:
SALC

Parâmetros da legenda:

1 – Pesquisa com os fornecedores.

Empresas:

A – RONDOMAZA DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA; CNPJ: 04.205.760/0001-96

B – RONDOMAIS DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA; CNPJ: 13.631.112/001-92

C – CASA DOS FREIOS CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI – ME ; CNPJ: 09.552.435/0001-13

5. RESULTADOS OBTIDOS

5.1. Analisando todos os dados obtidos por este agente de pesquisa de preços, conclui-se que a pesquisa de preços realizada cumpriu a finalidade de permitir que a Administração estabelecesse o preço estimado, de acordo com a realidade praticada no mercado, por empresas do mesmo ramo do objeto a ser adquirido.

Porto Velho-RO, 17 de março de 2023.

EDILSON [redacted]**TRAJANO** - ST
Chefe da Equipe de Pesquisa de Preços

HGu Porto Velho
Fl: 07 Pág.:1
SALC 3

RONDOMAZA Auto Peças
Novo conceito em peças

RONDOMAZA - PVH

RONDOMAZA DIST DE AUTO PECAS LTDA
AV NACOES UNIDAS, 1300B
CNPJ:04.205.760/0001-96 PORTO VELHO-RO Fone: 6932242460

Data do Orçamento:07/03/2023 ##:00 No.:107849 Vendedor:WENDEL [redacted]
Observações: FIAT DUCATO PLACA RSU-6G80 ANO:2020

DADOS DO CLIENTE

Nome: HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO
Endereço: RUA RUI BARBOSA
Bairro: CENTRO
Cidade: PORTO VELHO Cep: 78.900-300 UF: RO
CNPJ/CPF: 09.552.435/0002-02 Insc.Est/RG.:
Fone: 32174035

NÃO É DOCUMENTO FISCAL, NÃO VALE COMO RECIBO OU GARANTIA DE MERCADORIAS, NÃO COMPROVA PAGAMENTO

Código	C.de Barras	Referencia	Descrição do Produto	NCM	Quant.	Emb.	Valor Unit.	Valor Total
81892			ELETROVENTILADOR	DIVERSOS	1,000	PC	1.560,00	1.560,00
6826			GAS AR COND	DIVERSOS	1,000	UN	300,00	300,00
9003			MAO DE OBRA	DIVERSOS	1,000	PC	680,00	680,00

TOTAL BRUTO: 2.540,00 **DESCONTO: 37,72** **TOTAL LIQUIDO: 2.502,28**
TOTAL DE QTDE: 3,000 **TOTAL DE ÍTENS: 3**

ASSINATURA DO VENDEDOR:

04.205.760/0001-96
RONDOMAZA DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇA E ACESSORIO LTDA
Av. Nações Unidas, Nº 1300 B
Bairro: Roque - CEP: 78.864-436
Porto Velho - RO

HGu Porto Velho
08
SALC

RONDOMAIS
AUTO PEÇAS E CENTRO AUTOMOTIVO
PEÇAS - PNEUS - SERVIÇOS - LUBRIFICANTES

RONDOMAIS DIST. DE AUTO PEÇAS

AV:NAÇÕES UNIDAS,1283 BAIRRO:ROQUE

CNPJ:13.631.112/0001-92

CLIENTE: HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-HGU

CNPJ:09.552.435/001-13 TEL:(69)3218-4820

ENDEREÇO: RUA RUI BARBOSA

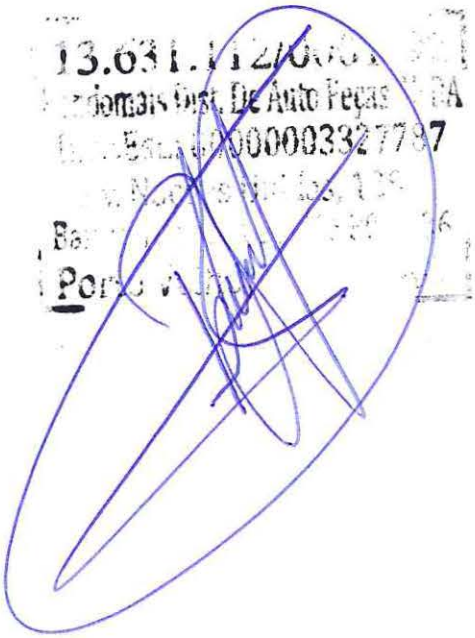
BAIRRO:CENTRO

CIDADE: PORTO VELHO

VEICULO: DUCATO ANO:2020 PLACA:RSU6G80

DESCRICAO DE PRODUTO/SERVIÇO	QTD/ HORA	VLR. PROD/HORA	TOTAL
ELETROVENTILADOR	1	R$1590,00	R$1590,00
CARGA DE GAS 134	1	R$350,00	R$350,00
TROCA ELETROVENTILADOR	4:00	R$180,00	R$720,00
TOTAL:			R$2660,00

RONDOMAIS CENTRO AUTOMOTIVO



HGu Porto Velho
Fl: 09
SALC

CASA DO FREIO
CENTRO AUTOMOTIVO

CASA DO FREIO CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI - ME
AV. NAÇÕES UNIDAS, Nº 1318B, BAIRRO: ROQUE
FONE: (69) 32243108 - 999887289
CNPJ: 25.173.073/0001-06
INSC. ESTADUAL: 00000004601106
EMAIL: casadofreiopvh@gmail.com

DATA:08/02/2023

CLIENTE: HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-HGU

CNPJ:09.552.435/001-13 TEL:(69)3218-4820

ENDEREÇO: RUA RUI BARBOSA

BAIRRO:CENTRO

CIDADE: PORTO VELHO

VEICULO: DUCATO 2020 PLACA:RSU-6G80

DESCRICAO DE PRODUTO/SERVIÇO	QTD/ HORA	VLR. PROD/HORA	TOTAL
ELETRO VENTILADOR AXIAL	1	R$1580,00	R$1580,00
GAS 134A	1	R$420,00	R$420,00
TROCA ELETROVENTILADOR	7:00	R$100,00	R$700,00
TOTAL:			R$2700,00

25.173.073/0001-06
CASA DO FREIO CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI-ME
Av. Nações Unidas, Nº 1318 B
Bairro: Roque - CEP: 76.804-437
Porto Velho - RO

HGu Porto Velho
Fl. 10
SALC

Estudo Técnico Preliminar 19/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 64593.002168/2023-12

2. Objeto

Aquisição de gás, peças de reposição e serviço de mão de obra para aplicação do gás e da peça de reposição no ar condicionado da ambulância de suporte avançado placa RSU6G80 pertencente ao patrimônio do HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO.

3. Descrição da necessidade

O Hospital de Guarnição de Porto Velho (HGuPV) atua na prestação de serviços em saúde aos militares das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), da ativa e também aos inativos e pensionistas, servidores civis e seus dependentes. Visando aprimorar este atendimento, com uma maior eficiência e segurança, faz-se necessário a aquisição destes insumos para realizar a manutenção da nossa viatura de suporte ao paciente.

Com a utilização diária da viatura ambulância, ocorre falhas em alguns sistemas da mesma, como perda da cpavidade de produzir o conforto para o qual o equipamento foi projetado proporcionar. Com isso, periodicamente é realizado vistoria completa na mecânica desta viatura, sendo identificado a necessidade de substituição da peça mecânica, reposição de gás e serviço de aplicação da peça reposta e do gás, para que o veículo possa voltar a operar com segurança e o conforto necessário para os pacientes que utilizam a viatura ambulância suporte avançado.

O serviço a ser contratado, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativa acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na legislação em vigor.

A natureza do serviço a ser adquirido neste certame enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

A não aquisição dos bens de consumo ou dos serviços constantes neste processo poderá trazer um grande prejuízo à instituição, já que impossibilitara que a viatura de suporte avançado conduza paciente em estado crítico, aja visto que a falta de ar condicionado poderá comprometer a estabilidade do estado clínico do paciente comprometendo assim a segurança orgânica do mesmo e de quem estiver utilizando da mesma, podendo ao parar em meio ao trânsito ou em caso extremo (devido a severa condição climática da região norte).

Para fins de referência para tomada de preços e aquisição, segue abaixo a relação das viaturas contempladas com sua respectiva marca, modelo e ano de fabricação:

ITEM	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO / MODELO
1	Fiat	Ducato Green Amb	2020/2021

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Manutenção de Transporte	S Ten Trajano

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratada deverá levar em consideração as normas técnicas existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962; adotar práticas de sustentabilidade adequadas que o objeto exigir, devendo ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG nrs. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente;

Faz-se necessário ainda que os produtos que obedeçam às diretrizes, classificações e especificações determinadas pelo INMETRO, se existentes;

O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (NE), em remessa única para cada pedido.

6. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções.

Destaca-se que a quantidade de fornecedores não é restrita, por se tratar de peças para automóveis de passeio, que há uma quantidade grande de fornecedores deste tipo de produto.

A pesquisa de preços foi realizada através de cotação feita em empresas do ramo de auto peças no mercado local. Foram consultadas três empresas, e para complementar, foi realizado a pesquisa no portal Painel de Preços, do governo federal.

7. Descrição da solução como um todo

Dispensa de licitação para eventual aquisição de peças e serviços para as viaturas do Hospital de Guarnição de Porto Velho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em observância ao disposto na letra a), do Inciso V, do Art. 40, da Lei nº 14.133/21, as quantidades a serem adquiridas estão de acordo com a necessidade apontada pelas inspeções feitas pelo efetivo da seção de manutenção e transporte.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 2.540,00

Conforme previsto no art. 5º, da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o parâmetro utilizado para a formação de preço de referência foi a de 03 (três) pesquisas realizadas junto a fornecedores locais.

Para o presente objeto utilizou-se o inciso:

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Segue anexo o Mapa Comparativo dos preços de referência para a aquisição, com o preço de referência sendo o mais baixo dos três orçamentos.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é a regra devendo a aquisição ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não sendo vislumbrado, no momento, motivações para a não adoção do parcelamento do objeto em itens.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação possui alinhamento com o planejamento estratégico do HGuPV, pois contribuirá para o desenvolvimento de sua missão: "Executar as atividades inerentes a Função Logística de Saúde, em benefício dos militares e seus dependentes, das Organizações Militares sediadas na área de jurisdição da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, bem como da 12ª Região Militar e do Comando Militar da Amazônia, com foco na Segurança do Paciente e na Gestão Eficiente de Recursos". (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO HGuPV/2020)

Cabe destacar que o Objetivo Estratégico numero 03 é "Prover apoio logístico e estrutural para atender todas as necessidades do HGuPV".

A política pública vinculada à contratação é a de assistência à saúde a família militar na área de abrangência da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, que reside no estado de Rondônia, Acre e no município de Humaitá/AM.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a aquisição dos materiais e contratação do serviço, espera-se a continuidade da prestação dos serviços aos usuários do HGuPV com um ambiente acolhedor e de qualidade.

14. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não há a previsão de possíveis impactos ambientais, já que todo o produto utilizado será de consumo, e caso haja alguma sobra, o mesmo será armazenado para futura utilização.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

HGu Porto Velho
Fl: 13
SALC

16.1. Justificativa da Viabilidade

Consoante o Inciso XIII, art. 7° da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3° do Art. 4° do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

EDILSON [redacted] TRAJANO
Equipe de apoio

ANGELO [redacted] ASSIS
Agente de contratação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Contratação de serviço de manutenção e peças para reparo de viaturas administrativas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Eletroventilador		Und	1	R$ 1.560,00	R$ 1.560,00
2	Gár de Ar Condicionado		Und	1	R$ 300,00	R$ 300,00
3	Serviço de troca do eletroventilador e		Jogo	1	R$ 680,00	R$ 680,00

1.2. *O prazo de vigência da contratação é de um ano contados do(a) ato de assinatura do termo de contrato, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei n° 14.133/2021.*

1.3. O custo estimado total da contratação é de ***R$ 2.630,00 (dois mil e seiscentos e trinta reais reais),*** conforme custos unitários apostos *na tabela acima.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. *Cada peça ofertada deverá ser compatível com o modelo e marca do veículo conforme tabela abaixo:*

MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO/MODELO
FIAT	DUCATO GREEN AMB	2020/2021

4.2. Não é permitida a subcontratação do objeto.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. *VISTORIA*

5.1. *A avaliação prévia dos veículos que receberão os serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 15 horas.*

5.2. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

5.3. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento dos veículos, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021).

6.1. *O prazo de execução dos serviços será de 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho.*

6.2. *Os serviços serão prestados na cidade de Porto Velho/RO, ficando a cargo do contratante o transporte dos veículos até o local indicado pelo contratado.*

HGu Porto Velho
Fl: 16
SALC

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

7.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.3.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

7.1.3.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

7.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.1.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

7.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará *o disposto neste item*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.2.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. O RECEBIMENTO

6.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30(trinta) dias, contado do recebimento da nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.2.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.2.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de

valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.2.1.1.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.2.1.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.2.1.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

6.2.1.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser-corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

6.2.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.2.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.2.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.2.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. *FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)*

7.4. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.*

7.5. *As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.*

7.6. *Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.*

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.*

8.2. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

HGu Porto Velho
Fl: 20
SALC

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.13. ***Habilitação Jurídica:***

8.13.1. ***Pessoa física:*** *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

8.13.2. ***Empresário individual:*** *inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*

8.13.3. ***Microempreendedor Individual - MEI:*** *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;*

8.13.4. ***Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:*** *inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

8.13.5. ***Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:*** *decreto de autorização para funcionamento no Brasil;*

8.13.6. ***Sociedade simples:*** *inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

8.13.7. ***Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária*** *- inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;*

8.13.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.14.1. *prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), ou prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);*

8.14.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.14.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.14.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.14.8. prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.14.9. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

*Valor Estimado da Contratação: de **R$ 2.630,00 (dois mil e seiscentos e trinta reais reais)**;*

Ação do Plano Operacional (Plano Interno): D8SAFCTMVTA;

Plano Orçamentário: Saúde.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Porto Velho/RO, 17 de março de 2023.

EDILSON [redacted] **TRAJANO** - ST
Chefe da Equipe de Pesquisa de Preços

HGu Porto Velho
Fl: 23
SALC

gov.br

Compras.gov.br

Aviso de
DISPENSA ELETRÔNICA
06/2023

CONTRATANTE (UASG)
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO (160351)

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA AMBULÂNCIA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 2.636,67

PERÍODO DE PROPOSTAS
De 27/03/2022 às 9h
Até 31/03/2023 às 9h

PERÍODO DE LANCES
De 31/03/2023 às 9h
Até 31/03/2023 às 15h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA....3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA....4
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL....5
4. FASE DE LANCES....7
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO....8
6. HABILITAÇÃO....10
7. CONTRATAÇÃO....12
8. SANÇÕES....13
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS....15

HGu Porto Velho
Fl: 25
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2023
(Processo Administrativo n.° 64593.002168/2023-12)

Torna-se público que o Hospital de Guarnição de Porto Velho, por meio da Seção de Aquisição, Licitação e Contrato, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço,* na hipótese do art. 75, *inciso I,* nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 31 de março de 2023.
Link: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&&status=recebendo_proposta&pagina=1
Horário da Fase de Lances: 9:00 às *15:00 horas (horário de Brasília)*

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de Serviços para Viatura Ambulância, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. *A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.*

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	Serviço de troca do eletroventilador com fornecimento de peças e colocação de Gás		Und	1	R$ 2.636,67	R$ 2.636,67
					Total	R$ 2.636,67

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço,* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/dispensas.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do

Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da , concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a

utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. *sociedades cooperativas.*

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. *Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço, conforme o caso).*

3.10.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

3.10.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.*

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de

desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R$ 0,10 (dez centavos de real).*

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. *Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.*

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da

data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. ~~*Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:*~~

5.7.1. ~~*para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;*~~

5.7.2. ~~*serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.*~~

5.7.3. ~~*será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.*~~

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo

sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ();

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ().

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de

Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. *O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*

6.7.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.*

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de seu recebimento.*

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7.6. A empresa vencedora da Dispensa Eletrônica deverá ter sede no município de Porto Velho-RO, e não sendo permitida a subcontratação para a realização dos serviços.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações

previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de

suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.2.1. ANEXO II.1 – Estudo Técnico Preliminar

Porto Velho - RO, 23 de março de 2023.

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO - Cel
Ordenador de Despesas do HGUPV

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 **Habilitação jurídica:**

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 *No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.*

1.8 *No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).*

1.9 *no caso de exercício de atividade de .....: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. ..... da (Lei/Decreto) n° .....*

1.10 *No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.*

1.11 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais* ***ou*** *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 **Qualificação Econômico-Financeira:**

3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

3.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

3.2.1 As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.2.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.2.3 *Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas*

da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

3.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.3.1 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de *...(....)* do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

3.3.2 *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

4 Qualificação Técnica

4.1 *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;*

4.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.2.1.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de..... anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os ..... anos serem ininterruptos.

4.2.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no

HGu Porto Velho
Fl: 41
SALC

contrato social vigente;

4.2.1.3 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

4.2.1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

***4.3** apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação.*

***4.3.1** Entende-se por características semelhantes as seguintes:*

4.3.1.1 Para o (profissional XXXX): serviços de XXXX;

4.3.1.2 Para o (profissional XXXX): serviços de XXXX;

4.3.1.3 ....

***4.3.2** No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.*

***4.4** Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

***4.4.1** Fica assegurado direito à realização de vistoria prévia, na forma prevista no Termo de Referência.*

***4.5** Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....:*

***4.6** Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:*

***4.6.1** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;*

4.6.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

4.6.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.6.4 O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

4.6.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

4.6.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

4.6.7 *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.*

HGu Porto Velho
Fl: 43
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. (64593.002168/2023-12)

1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1.1 Contratação de serviço para viatura Ambulância, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	Serviço de troca do eletroventilador com fornecimento de peças e colocação de Gás		Und	1	R$ 2.636,67	R$ 2.636,67
					Total	R$ 2.636,67

1.2 *O prazo de vigência da contratação é de um ano contados do(a) ato de assinatura do termo de contrato, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei n° 14.133/2021.*

1.3 O custo estimado total da contratação é de ***R$ 2.636,67 (dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos),*** conforme custos unitários apostos *na tabela acima.*

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1 *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1 *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1 *Cada peça ofertada deverá ser compatível com o modelo e marca de veículo conforme tabela abaixo:*

MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO/MODELO
FIAT	DUCATO GREEN AMB	2020/2021

4.2 Não será aceita a subcontratação do Objeto

4.3 *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.*

5 ***VISTORIA***

5.1 *A avaliação prévia dos veículos que receberão os serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 15 horas.*

5.2 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento dos veículos, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6 MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021).

6.1 *O prazo de execução dos serviços será de 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho.*

6.2 *Os serviços serão prestados na cidade de Porto Velho/RO, ficando a cargo do contratante o transporte dos veículos até o local indicado pelo contratado.*

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

7.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.1.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.3.3 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

7.1.3.4 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

7.1.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº

14.133/2021, art. 120).

7.1.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.1.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.9 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.2 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

7.2.1 A avaliação da execução do objeto utilizará *o disposto neste item*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.2 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.2.1 não produziu os resultados acordados;

7.2.2.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.2.2.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 O RECEBIMENTO

7.3.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30(trinta) dias, contado do recebimento da nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.1.1 O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem

necessários.

7.3.1.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1.1.2 O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.1.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.1.2 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.3.1.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.3.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.3.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8 *FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)*

8.1 *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.*

8.2 *As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.*

8.3 *Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.*

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

9.1 *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.*

9.2 *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (); e
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União ()

9.3 *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

9.4 *Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.*

9.5 *A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.*

9.6 *O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.*

9.7 *Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.*

9.8 *É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.*

9.9 *Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.*

9.10 *Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*

9.11 *Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.*

9.12 *Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:*

9.13 ***Habilitação Jurídica:***

9.13.1 ***Pessoa física:*** *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

9.13.2 ***Empresário individual:*** *inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*

9.13.3 ***Microempreendedor Individual - MEI:*** *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio ;*

9.13.4 ***Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:*** *inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

9.13.5 ***Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:*** *decreto de autorização para funcionamento no Brasil;*

9.13.6 ***Sociedade simples:*** *inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

9.13.7 ***Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -*** *inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;*

9.13.8 *Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*

9.14 ***Habilitações fiscal, social e trabalhista:***

9.14.1 *prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), ou prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);*

9.14.2 *prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

9.14.3 *prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

9.14.4 *declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;*

9.14.5 *prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*

9.14.6 *prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

9.14.7 *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

9.14.8 *prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

9.14.9 *caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.*

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.1.1.1 *Valor Estimado da Contratação: R$ 2.636,67 (dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos);*

10.1.1.2 *Ação do Plano Operacional (Plano Interno): D8SAFCTMVTA;*

10.1.1.3 *Plano Orçamentário: Saúde.*

10.2 *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Porto Velho/RO, 23 de março de 2023.

EDILSON [redacted] TRAJANO – Sub Ten
Encarregado da Manutenção de Transporte do HGuPV

HGu Porto Velho
Fl: 50
SALC

K M DINIZ

CNPJ: 33.222.294/0001-55

(92) 99244-4418

PROPOSTA COMERCIAL - DISPENSA ELETRÔNICA 6/2023

USG:	HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO			**Cod. USG:**	
CIDADE:	PORTO VELHO	**UF:**	RO	**DATA:**	03/04/2023

ITEM	DESCRIÇÃO	ID	MARCA	UND	QTDE	VLR. UNIT.	TOTAL
1	Serviço de troca de Eletroventilador com fornecimento de peças e colocação de gás, do ar condicionado de viatura FIAT DUCATO 2020/2021.			UN	1,00	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
						VALOR TOTAL DA PROPOSTA	**R$ 3.000,00**

1. A cotação comercial possui prazo de validade de: 90 dias
2. Os produtos serão entregues no prazo máximo de: 30 dias
3. Garantia de 3 meses (90 dias)

Dados bancários:

[redacted]

CNPJ: 33.222.294/0001-55

Manaus, segunda-feira, 3 de abril de 2023

K M DINIZ:33222294000155

Assinado de forma digital por K M DINIZ:33222294000155
Dados: 2023.04.03 14:44:53 -04'00'

33.222.294/0001-55
K M DINIZ
Rua Morro Canaranas, 11 Cidade Nova
Manaus - AM - CEP: 69.097-220

HGu Porto Velho
Fl: 51
SALC

K M DINIZ

CNPJ: 33.222.294/0001-55

(92) 99244-4418

keoma.diniz@gmail.com

PROPOSTA COMERCIAL - DISPENSA ELETRÔNICA 6/2023

USG:	HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO			**Cod. USG:**	
CIDADE:	PORTO VELHO	**UF:**	RO	**DATA:**	04/04/2023

ITEM	DESCRIÇÃO	ID	MARCA	UND	QTDE	VLR. UNIT.	TOTAL
1	Serviço de troca de Eletroventilador com fornecimento de peças e colocação de gás, do ar condicionado de viatura FIAT DUCATO 2020/2021.			UN	1,00	R$ 2.636,00	R$ 2.636,00
						VALOR TOTAL DA PROPOSTA	**R$ 2.636,00**

1. A cotação comercial possui prazo de validade de: 90 dias
2. Os produtos serão entregues no prazo máximo de: 30 dias

3. Garantia de 3 meses (90 dias)

Dados bancários:

[redacted]

CNPJ: 33.222.294/0001-55

Manaus, terça-feira, 4 de abril de 2023

K M DINIZ:33222294000155

Assinado de forma digital por K M DINIZ:33222294000155
Dados: 2023.04.04 14:22:53 -04'00'

33.222.294/0001-55
K M DINIZ
Rua Morro Canaranas, 11 Cidade Nova
Manaus - AM - CEP: 69.097-220

Proposta Negociada

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

TERMO RECONHECIMENTO E JUSTIFICATIVA PARA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

NUP: 64593.002168/2023-12
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06-2023-HGuPV
(Inciso I, do Art. 75, da Lei nº 14.133/21 e alterado pelo Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022).

1. OBJETO

1.1 O objeto desta dispensa de licitação é para a Contratação de Serviço para a Viatura Ambulância, Conforme DIEX n° 306 – Fisc Adm, de 17 de março de 2023.

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 Observado o previsto no art. 167, II, da Constituição Federal, a Lei 14.133/21 e artigo 73 do Decreto-Lei 200/67 para amparar as despesas desta dispensa de licitação serão alocados os recursos oriundos do:

UG	NC	DATA	ND	PI
160351	2023NC401209	13JAN23	339039	E5MMSUNCOMP

3. JUSTIFICATIVAS

3.1. Trata-se de Contratação de Serviços para Viatura Ambulância, visando a necessidade do uso constante do mesmo a este Hospital de Guarnição de Porto Velho.

3.2. O Hospital de Guarnição de Porto Velho é uma Organização Militar de Saúde referência na assistência a Saúde da Família Militar na Amazônia Ocidental composto por militares da ativa, inativos pensionistas e seus dependentes, os quais, por força de dispositivo legal, fazem jus à assistência a saúde. Assim, em razão da necessidade deste Hospital em prestar assistência à saúde aos seus usuários, é necessária a aquisição desses item.

3.3 Caracterização da situação da presente Dispensa de Licitação tem como justificativa a importância da contratação do serviço ao setor requisitante para atender a demanda do corrente ano. Essa contratação, se dará de forma direta e amparada no I, do Art. 75, da Lei nº 14.133/21 e alterado pelo Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, que prescreve que é dispensada a licitação:

> [...]
> *I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;*
> *§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até RR 9.153,34 (nove mil cento e cinquenta e três reis e trinta e quatro centavos) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.*
> [...]

HGu Porto Velho
Fl: 53
SALC

3.3.1 Diante da legislação vigente verifica-se que o limite anual para dispensa é de R$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos).

3.1.3 **Razão da escolha**: A Empresa CNPJ nº **33.222.294/0001-55 - K M DINIZ**, é uma empresa especializada para a contratação dos serviços necessários ao HGUPV. Ademais o valor oferecido é o menor entre os pesquisados.

3.1.4 **Justificativa do valor**: O valor total estimado da dispensa para a Empresa CNPJ: nº **33.222.294/0001-55 - K M DINIZ**, no valor de R$: 2.636,00 (dois mil, seiscentos e trinta e seis reais) para a atender a demanda de conserto da ambulância de suporte avançado, valor esse, o menor das pesquisas de preços do mercado. O quadro comparativo encontra-se anexados aos autos desse processo.

Porto Velho-RO, 04 de abril de 2023.

LEONARDO [redacted] SANTANA – Cap
Encarregado da SALC

HGu Porto Velho
Fl: 54
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2022-HGUPV
(Processo nº Nº 64593.002168/2022-12)

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Objeto: Contratação de Serviço para a Viatura Ambulância.

No DIEx Nr 306 - Fisc Adm/DA - Divisão Administrativa/Dir HGUPV, de 17 de março de 2023, com a finalidade de atender despesas com Contratação de Serviço para a Viatura Ambulância, dei o seguinte despacho:

1. Autorizo a contratação do serviço supracitados e determino a abertura do processo correspondente, de acordo com a legislação;
2. A SALC adote as providências cabíveis para aquisição através de Dispensa de Licitação, de acordo com o Art. 75, inciso I da Lei 14.133/21;
3. Para fins da Lei nº 14.133/21, empregar o recurso próprio para a despesa conforme dados abaixo:

UG	NC	DATA	ND	PI
160351	2023NC401209	13JAN23	339039	E5MMSUNCOMP

Porto Velho, RO, 04 de abril de 2023.

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO - Coronel
Ordenador de Despesas do HGuPV

HGu Porto Velho
Fl: 55
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

ATO DE RECONHECIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2023-HGuPV

(Inciso II, do Art. 75, da Lei nº 14.133/21 e alterado pelo Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022).

NUP: **64593.002168/2023-12**

1. DO RECONHECIMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Reconheço a Dispensa de Licitação no processo de nº 64593.002168/2023-12, fundamentada do artigo 75, inciso I, §7°, da lei nº 14.133/21 e alterado pelo Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, para a Contratação de Serviço para Viatura Ambulância, junto a Empresa CNPJ: **33.222.294/0001-55 - K M DINIZ**, no valor de R$: 2.636,00 (dois mil, seiscentos e trinta e seis reais), com o objetivo de atender a demanda apresentada no DIEx nº 306. - Fisc Adm, de 17 de março de 2023.

Porto Velho, RO, 04 de abril de 2023.

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO - Coronel
Ordenador de Despesas do HGuPV

HGu Porto Velho
Fl: 56
SALC

DIEx Nº 23-Set Transp/Fisc Adm/DA - Divisão Administrativa
EB: 64593.002709/2023-02

Porto Velho, 4 de abril de 2023.

Do Chefe da Manutenção de Transporte
Ao Sr Fiscal Administrativo
Assunto: relação dos encaminhamentos para a OCS-LIFE (remoção de pacientes) de jan-abr 23
Referência: DIEx Simplificado nº 3-Subdir HGUPV /Dir HGUPV/HGuPV, de 4 ABR 23
Anexo:
ENCAMINHAMENTOS_LIFE_JAN_ABR_2023

1. Em complementação ao DIEx Simplificado nº 3-Subdir HGUPV /Dir HGUPV/HGuPV, de 4 de abril de 2023, encaminho a planilha do Sistema de Registro de encaminhamentos – SIRE, em anexo, emitidas para empresa OCS-LIFE, no período de compreendido de janeiro à abril de 2023, a fim de demonstrar os gastos por esta OMS, junto a referida empresa, no valor de R$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais) e afim de complementar as justificativas para a vantajosidade da contratação de serviço por dispensa eletrônica.

2. Os dados foram obtidos no SIRE (Sistema de Registro de encaminhamentos)no link http://www1.dgp.eb.mil.br/encaminhamento/enc_plj_consulta_enc.asp, na data de 04 de abril de 2023.

EDILSON [redacted] TRAJANO - S Ten
Chefe da Manutenção de Transporte

"200 ANOS DO TENENTE ANTÔNIO JOÃO: HERÓI DA EPOPEIA DE DOURADOS"

SISTEMA DE REGISTRO DOS ENCAMINHAMENTOS - SIRE

4. LISTA DE ENCAMINHAMENTOS - Life (REM- Rondonia emergencias médicas) - ATÉ O MÊS 4

Executante: **H Gu Porto Velho** Ano: **2023**

	Nr	Mês	Ano	Data	Paciente	PI	ND	Valor	Mapa
OK	3907	2	2023	14/02/2023	MARIA [redacted] UCHOA	D8SACIVOCSA-PASS - OCS/C - FEx	339039	700,00	
OK	3911	2	2023	14/02/2023	JORGE [redacted] SANTOS	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	4152	2	2023	16/02/2023	MARIA [redacted] UCHOA	D8SACIVOCSA-PASS - OCS/C - FEx	339039	700,00	
OK	4198	2	2023	16/02/2023	MARIA [redacted] SAUMA	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	4200	2	2023	16/02/2023	GABRIEL [redacted] HERCULANO	D8SAFCTOCSA-FC - OCS/C	339039	700,00	
OK	4355	2	2023	22/02/2023	SUELEN [redacted] MENEZES	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	4461	2	2023	24/02/2023	LUCILENE [redacted] KUHLKAMP	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	4580	2	2023	24/02/2023	IVONE [redacted] SILVA	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	4587	2	2023	25/02/2023	FERNANDO [redacted] COSTA	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	4665	2	2023	27/02/2023	LUCIMAR [redacted] DA SILVA	D8SACIVOCSA-PASS - OCS/C - FEx	339039	700,00	
OK	5320	3	2023	03/03/2023	IVONE [redacted] SILVA	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	5352	3	2023	03/03/2023	FERNANDO [redacted] TA	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	5930	3	2023	08/03/2023	ANTONIO [redacted] SAUMA	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	6099	3	2023	09/03/2023	JOSEFA [redacted] RIMALDI	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	6267	3	2023	12/03/2023	FLAVIO [redacted] SILVA	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	6612	3	2023	14/03/2023	ELISABETH [redacted] TOSCANO	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	7018	3	2023	17/03/2023	JAMILIA [redacted] SILVA	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	7075	3	2023	18/03/2023	MARIA [redacted] SANTIAGO	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	7378	3	2023	21/03/2023	[redacted] LIMA	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	700,00	
OK	7383	3	2023	22/03/2023	[redacted] SILVA	D8SACIVOCSA-PASS - OCS/C - FEx	339039	700,00	
OK	7724	3	2023	25/03/2023	KENDRICK [redacted] ALVES	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	200,00	
OK	7726	3	2023	26/03/2023	CANDELARIA [redacted] NERY	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	200,00	
OK	7833	3	2023	27/03/2023	TARCIZO [redacted] LIMA	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	500,00	
OK	8316	4	2023	02/04/2023	RAIMUNDO G [redacted] SAMPAIO	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	100,00	

OK	8320	4	2023	02/04/2023	FRANCISCA [redacted] LOPES	D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C	339039	300,00	

TOTAL 15.300,00

Página Inicial Consultar

HGu Porto Velho
Fl: 59
SALC

DIEx Nº 3-Subdir HGUPV /Dir HGUPV/HGuPV
EB: 64593.002694/2023-74

Porto Velho, 4 de abril de 2023.

Do Subdiretor do Hospital de Guarnição de Porto Velho
Ao Sr Fiscal Administrativo
Assunto: relação dos encaminhamentos para a OCS-LIFE (remoção de pacientes) de jan-abr 23
Anexo:
ENCAMINHAMENTOS_LIFE_JAN_ABR_2023

1. Encaminho para medidas administrativas decorrentes, o consolidado dos encaminhamentos para a OCS-LIFE, no período de jan-abr23.

2. Os dados foram obtidos no SIRE (Sistema de Registro de encaminhamentos)no link http://www1.dgp.eb.mil.br/encaminhamento/enc_plj_consulta_enc.asp, na data de 04ABR23.

CARLOS [redacted] NOGUEIRA - TC
Subdiretor do Hospital de Guarnição de Porto Velho

"200 ANOS DO TENENTE ANTÔNIO JOÃO: HERÓI DA EPOPEIA DE DOURADOS"

HGu Porto Velho
Fl: 60
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO

RELATÓRIO DE JULGAMENTO

UASG 160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO

DISPENSA 6/2023

Período para entrega de proposta: 29/03/2023 09:46:38 até 03/04/2023 08:59:59
Período para envio de lances: 03/04/2023 09:00:00 até 03/04/2023 15:00:00
Emergencial: Não
Participação preferencial ME/EPP: Sim
Objeto: Contratação de serviço para Viatura Ambulância.

Item 1 - Ar Condicionado Veículo - Instalação / Montagem / Manutenção

Serviço de troca do eletroventilador com fornecimento de peças e colocação de Gás.

Quantidade:	1	Valor estimado:	R$ 2.636,6700
Unidade de fornecimento:	UNIDADE	Situação:	Adjudicado e Homologado
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,1000		

Aceito e Habilitado para K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55, melhor lance: R$ 3.000,0000, valor negociado: R$ 2.636,0000

Propostas do Item 1

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
33.222.294/0001-55 - K M DINIZ	Sim	R$ 3.000,0000	Proposta adjudicada
Descrição detalhada: Serviço troca de ventilador com peças e fornecimento de gás ar condicionado. Valor negociado: R$ 2.636,0000			
42.275.474/0001-96 - TSG COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Sim	R$ 4.500,0000	
Descrição detalhada: Serviço de troca do eletroventilador com fornecimento de peças e colocação de Gás			

Lances do Item 1

Nenhum lance foi registrado para o Item 1.

Mensagens do chat do Item 1

Enviado por	Data/Hora envio	Mensagem

Enviado por	Data/Hora envio	Mensagem
Sistema	03/04/2023 15:00:01	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	03/04/2023 15:05:25	Boa tarde Senhor Fornecedor!
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	03/04/2023 15:05:57	Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação que não estejam presentes no SICAF.
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	03/04/2023 15:06:33	Sr. Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:09:00 do dia 03/04/2023. Justificativa: Solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório..
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	03/04/2023 15:06:52	Os documentos de habilitação a serem enviados estão previstos no item 6 do Aviso de Dispensa Eletrônica.
pelo participante 33.222.294/0001-55	03/04/2023 15:53:16	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:53:16 de 03/04/2023. 9 anexos foram enviados pelo fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55.
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	04/04/2023 08:47:12	Bom dia senhor fornecedor!
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	04/04/2023 09:00:04	Nesse exato momento estaremos analisando toda documentação enviada.
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	04/04/2023 09:01:00	Sr. Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Gostaria de verificar com a vossa empresa se teria a possibilidade como negociar ao valor de referência da presente licitação..
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	04/04/2023 09:04:26	Tendo em vista a economicidade desta Administração solicito junto a Vossa Empresa a possibilidade de negociação ao preço de referência estimado no Termo de Referência.
pelo participante 33.222.294/0001-55	04/04/2023 10:12:30	A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55, tendo informado o valor de R$ 2.636,0000.
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	04/04/2023 10:12:30	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55, tendo informado R$ 2.636,0000.
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	04/04/2023 11:48:10	Sr. Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:50:00 do dia 04/04/2023. Justificativa: Tendo em vista a negociação com a Vossa Empresa, solicito o envio da nova proposta com o valor atualizado a qual foi negociado..
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	04/04/2023 13:50:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:50:00 de 04/04/2023. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55.
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	04/04/2023 14:34:58	Sr. Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:00:00 do dia 04/04/2023. Justificativa: Solicito o envio da proposta atualizada de acordo com

HGu Porto Velho
Fl: 62
SALC

Enviado por	Data/Hora envio	Mensagem
		o valor negociado..
Sistema para o participante 33.222.294/0001-55	04/04/2023 15:00:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:00:00 de 04/04/2023. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
03/04/2023 15:00:01	Item com etapa aberta encerrada.
03/04/2023 15:00:01	Item encerrado para lances.
03/04/2023 15:06:34	Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 03/04/2023 17:09:00. Motivo: Solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório..
03/04/2023 15:53:16	Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55 finalizou o envio de anexo.
04/04/2023 09:01:00	Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55 convocado para negociação de valor.
04/04/2023 10:12:30	Negociação encerrada. Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55 informou R$ 2.636,0000.
04/04/2023 11:48:10	Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 04/04/2023 13:50:00. Motivo: Tendo em vista a negociação com a Vossa Empresa, solicito o envio da nova proposta com o valor atualizado a qual foi negociado..
04/04/2023 14:34:58	Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 04/04/2023 15:00:00. Motivo: Solicito o envio da proposta atualizada de acordo com o valor negociado..
05/04/2023 09:32:38	Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55 teve a proposta aceita, melhor lance: R$ 3.000,0000, valor negociado: R$ 2.636,0000. Motivo: Aceito na fase de julgamento..
05/04/2023 09:33:16	Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55 foi habilitado.
05/04/2023 15:51:51	Fornecedor K M DINIZ, CNPJ 33.222.294/0001-55 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 3.000,0000, valor negociado: R$ 2.636,0000.
05/04/2023 15:51:53	Item homologado.

Mensagens do chat da modalidade de Dispensa 6/2023

Enviado por	Data/Hora envio	Mensagem
Sistema	03/04/2023 09:00:10	A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 15:00. Mantenham-se conectados.

Enviado por	Data/Hora envio	Mensagem
Sistema	03/04/2023 15:04:07	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	03/04/2023 15:04:56	Senhores Fornecedores, boa tarde, agradeço a todos a participação na dispensa eletrônica n 06/2023. Visando dar transparência ao processo. solicitarei o envio de anexos dos documentos exigidos para aceitação da proposta e habilitação de fornecedor.

Eventos da modalidade de Dispensa 6/2023

Data/Hora	Descrição
03/04/2023 09:00:10	Abertura da sessão pública
03/04/2023 15:04:07	Início da etapa de julgamento de propostas

Data e hora da consulta: 11/04/2023 15:23
Usuário: ***[redacted]-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160351	HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.552.435/0001-13	RUA RUI BARBOSA, NR 409 - CENTRO	76801-010

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	(69) 3218-4801(DIR)/3218-4805(RP)/3218-4809

Ano	Tipo	Número
2023	NE	25

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171470	1000000000	339039	160504	E5MMSUNCOM

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
11/04/2023	Ordinário	64593002168202312	0,0000	2.636,00

Favorecido

Código	Nome
33.222.294/0001-55	K M DINIZ

Endereço		CEP
MORRO CANARANAS 11	QD 36 CIDADE NOVA	69097-220

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
138	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	I	-

Descrição
SV MNT DE VTR - 2023NC 401209 - COEX, DE 13JAN2023, DIEX NR 306 - FISC ADM, DE 17MAR2023 - UG 160351, DISPENSA NR 06/2023 - PRAZO DE ENTREGA CONFORME INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Local da Entrega
R. RUI BARBOSA, 409- CENTRO, PORTO VELHO-RO - 76801-010.

Informação Complementar
16035106000062023 - UASG Minuta: 160351

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/04/2023 15:13:01	Alteração

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 11/04/2023 15:23
Usuário: ***[redacted]*
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	2.636,00

Subelemento 19 - MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Serviço de troca do eletroventilador com fornecimento de peças e colocação deGás.	2.636,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/04/2023	Inclusão	1,00000	2.636,0000	2.636,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SÉRGIO [redacted] LOUREIRO
***[redacted]**
11/04/2023 14:51:33

Responsável pela Nota de Empenho
LEONARDO [redacted] SANTANA
***[redacted]*
11/04/2023 15:13:01

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/04/2023 15:13:01	Alteração

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

TERMO DE ENCERRAMENTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2023-HGUPV

(Processo nº : 64593.002168/2023-12)

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Porto Velho – RO, no quartel do Hospital de Guarnição de Porto Velho, encerro os trabalhos atinentes ao presente Processo Administrativos, do que, para constar, lavrei o presente Termo.

Porto Velho-RO, 24 de abril de 2023.

ÂNGELO [redacted] ASSIS - Sd
Auxiliar da SALC do HGuPV